

A Política Em Aristóteles: A Expressão Humana Do Habitar O Mundo

Aristotle's Politics: The Human Expression Of Dwelling In The World

EDUARDO DE ABREU¹

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar o conceito aristotélico de política, fundamentando-o na sua concepção sobre ética que é, senão, um “modo de habitar” o mundo. Segundo Aristóteles o melhor modo de ser é aquele que corresponde ao propósito humano supremo, a felicidade. Entende-se que a felicidade para Aristóteles não significa qualquer momento acidental ou efêmero de prazer, mas uma condição de vida gerada pela alma racional que pensa e discerne (virtudes) os caminhos que vitalizam o ser. Desta forma, a política seria a organização do mundo para a habitação de todas as pessoas, pois deve corresponder ao propósito supremo humano que é a felicidade. Ao longo deste trabalho, se explora a condição atual desta finalidade da política pensada por Aristóteles, analisando o estilo de vida de hoje e seus consequentes reflexos nas atuais estruturas políticas, a fim de investigar se o “modo de habitar” ainda corresponde ao propósito supremo da felicidade.

Palavras-chave: Política. Felicidade. Modernidade.

Abstract: The purpose of this article is to present the Aristotelian concept of politics, basing it on his conception of ethics, which is, if not, a “way of inhabiting” the world. According to Aristotle, the best way to be is the one that corresponds to the supreme human purpose, happiness. It is understood that happiness for Aristotle does not mean any accidental or ephemeral moment of pleasure, but a condition of life generated by the rational soul that thinks and discerns (virtues) the paths that vitalize the being. In this way, politics would be the organization of the world for the habitation of all people, as it must correspond to the supreme human purpose that is happiness. Throughout this work, the current condition of this purpose of politics thought by Aristotle is explored, analyzing today's lifestyle and its consequent reflections on current political structures, in order to investigate whether the "way of inhabiting" still corresponds to the supreme purpose of happiness.

Keywords: Politics. Happiness. Modernity.

Introdução

Aristóteles (384-322 a.C.) foi um filósofo que viveu justamente no período mais tenso da história da Antiga Grécia, pressionada pela expansão do Império Macedônico, se interessando avidamente pelos assuntos políticos de seu tempo. Embora Aristóteles tenha sido discípulo de Platão, divergiu de seu mestre por ter se atraído mais a questões da vida empírica. Tanto é que seus escritos sobreviventes ao tempo são vários tratados sistematizados e direcionados ao cotidiano das pessoas.

No estudo hermenêutico de suas obras, vemos que Aristóteles organiza o conhecimento humano em três categorias: teórica, prática e produtiva. Considerando que as “ciências teóricas” são relacionadas ao estudo do saber

¹ E-mail: sir.herenvar@gmail.com

enquanto fim a si mesmo (física, metafísica e matemática) e as “ciências produtivas” são relacionadas ao estudo do saber para o fazer (poética, estética e arte), as “ciências práticas” (ética, economia e política) se dedicam a definir o comportamento humano para a formação de uma boa vida (ANTISERI; REALE, 2017).

Das ciências práticas, Aristóteles funda a *ética* como um estudo dedicado a encontrar o melhor modo de vida (*ethos*), que pudesse gerar aquilo que os antigos gregos chamavam de estar sob “a posse de um bom demônio” (MORA, 2001), ou seja, a felicidade (*eudaimonía*) é este “demônio” (*daímon*) que afeta positivamente a vida do indivíduo, pois, na verdade, ele construiu a sabedoria que conhece boas direções que atendem à melhor e mais perfeita decisão, ação e condição para se viver. Aristóteles identifica que a vida feliz é algo desejado por todos e a institui como bem supremo a ser pensado numa escala coletiva. Desta maneira ele funda a *política*, o estudo dedicado a propiciar a felicidade a partir da organização comum das decisões, ações e condições para a vida com o outro, que se expandem além dimensão particular.

Assim como a *ética* determina quais são as virtudes para o indivíduo, a *política* determina quais são as virtudes para a cidade. Não pode haver *política* sem *ética*, ou seja, o indivíduo que não empreende sua sabedoria naquilo que forma a felicidade, o aperfeiçoamento de sua alma através do pensamento, também não a empreenderá no convívio com o outro.

A cidade equilibrada não é obra do acaso, mas do conhecimento e da vontade. Uma cidade é equilibrada quando os cidadãos que participam do seu governo também são equilibrados. Temos, por conseguinte, de investigar como pode um homem tornar-se bom. Na verdade, sendo possível que todos sejam bons coletivamente sem que cada um seja bom individualmente, o melhor é que cada cidadão individual seja bom já que a bondade de todos depende do bem de cada um. (ARISTÓTELES, *Política*, VII, 1332b30).

Aristóteles discorre estas ideias em seu livro *Política*, onde registra diversos ensinamentos de como deveria ser uma cidade ideal baseando-se nas exigências culturais de seu tempo. Porém, na atualidade, os valores sociais tiveram profunda mudança pelo desenvolvimento da cultura Moderna. É objetivo deste trabalho observar tal mudança na mentalidade ocidental da contemporaneidade, mas ainda assim seguir a mesma base teórica de Aristóteles quando este redigia sobre a *política* ser derivada da *ética*.

Tomar-se-á como problema fundamental para a vida coletiva de hoje os fenômenos causados pela falta de um cuidado com a própria individualidade, aprofundando-se no conceito aristotélico sobre *ética* e investigando os hábitos do estilo de vida moderno. A partir disso, será tratada a seguinte questão: como pode

haver uma vida coletiva harmoniosa, segura e humanamente evoluída se cada indivíduo sofre dificuldades de desempenhar a mesma *saúde* humana em sua vida íntima?

Um dos possíveis caminhos para esta problemática, assim como Aristóteles argumenta na *Política*, é a educação como formação da humanidade, sendo esta a característica de um indivíduo conseguir verter sua inteligência e imaginação para a construção não apenas de fantasias (que levariam a técnicas para transgredir a realidade), mas também de uma construção ativa na vida através do reconhecimento da existência muito além do indivíduo, que precisa ser tomada como fim de todo esforço para a sobrevivência humana — o que se assemelha a *eudaimonía* aristotélica: erigir a vida simbólica e afetiva com o material da realidade.

Por fim, a política como expressão humana poderá ser entendida não apenas como uma teoria sobre o contemporâneo, mas como de fato o fundamento de toda capacidade humana de organização dos recursos, espaços e desejos (a brutalidade da natureza), a fim de responder à vontade de vida pulsante em cada indivíduo em habitar o mundo.

Ética e Política

O termo “política”, muito antes de Aristóteles o ter tomado conceitualmente, se origina na Antiga Grécia para se referir a tudo que está associado a *polis*, isto é, à vida em cidade que submete o indivíduo ao seu sistema de regras e benefícios, a fim de proporcionar um funcionamento que gera o bem-comum, a partir do interesse comum. Escreve Giovanni Reale:

Com a constituição e a consolidação da *polis*, isto é, da cidade-Estado, o homem grego não sentiu mais nenhuma antítese e nenhum vínculo à própria liberdade; mais ainda, foi levado a considerar-se essencialmente como cidadão. E assim o Estado tornou-se até a era helenística o horizonte ético do homem grego. Os cidadãos sentiram os fins do Estado como o próprio bem, a grandiosidade do Estado como a própria grandiosidade, liberdade do Estado como a própria liberdade. Se não tivermos presente isso, não poderemos compreender grande parte da filosofia grega, especialmente a ética e toda a política da era clássica, ele além disso também as complexas mudanças da era helenística. (REALE, 2017, p. 19).

Esta atmosfera cultural dos antigos gregos teve enorme intensidade na época em que surge a democracia em Atenas, onde a *polis* é tomada como ponto central de toda intelectualidade, uma vez que a democracia movimentava debates sobre os caminhos da cidade como um todo. Assim, a filosofia se volta para as questões que implicam diretamente na vida do humano, na forma em como o indivíduo conduz sua vida e como isto reflete na saúde da coletividade. Os gregos chamaram de *ethos*

este aspecto fundamental do indivíduo que é, senão, sua maneira de habitar o mundo.

O *ethos* é a casa do homem. O homem habita sobre a terra, acolhendo-se ao recesso seguro do *ethos*. Este sentido de um lugar de estada permanente e habitual, de um abrigo protetor, constitui a raiz semântica que dá origem à significação do *ethos* como costume, esquema praxeológico durável, estilo de vida e ação. A metáfora da morada e do abrigo indica justamente que, a partir do *ethos*, o espaço do mundo torna-se habitável para o homem. O domínio da *physis*, ou o reino da necessidade, é rompido pela abertura do espaço humano do *ethos* no qual irão inscrever-se os costumes, os hábitos, as normas e os interditos, os valores e as ações. Por conseguinte, o espaço do *ethos* enquanto espaço humano, não é dado ao homem, mas por ele construído ou incessantemente reconstruído. (VAZ, 1988, p. 13).

Aristóteles percebe que é justamente os assuntos *ethikos*, isto é, aquilo que se refere à conduta do indivíduo, a grande discussão que deve ocupar os pensamentos. Nomeia *ética* “como investigações ‘sobre o *ethos*’, ‘sobre as propriedades do caráter’, porque a apresentação das propriedades do caráter, boas e más (das assim denominadas virtudes e vícios) era uma parte integrante essencial destas investigações” (TUGENDHAT, 2000, p. 33).

A conclusão de Aristóteles sobre suas investigações éticas foi que a felicidade (*eudaimonía*) é a finalidade suprema de todos os indivíduos. O melhor “modo de ser” é ser feliz. Mas o que exatamente é felicidade para o filósofo? Aristóteles segue a tradição helênica de seu tempo que cultivava a *areté* (virtude) como expressão de um indivíduo excelente, que correspondia a um “bem supremo” realizável pelo humano, definido por Aristóteles como felicidade. Este bem supremo “consiste em aperfeiçoar-se como homem, ou seja, naquela atividade que diferencia o homem de todas as outras coisas. [...] O homem que quer viver bem deve viver segundo a razão” (ANTISERI; REALE, 2017, p. 218). Agora, para compreender a importância que Aristóteles dá à vida conforme a razão, é necessário expor sua *psicologia* (a saber, *psyché* “alma”, *logos* “estudo”).

Aristóteles diz que todos os seres vivos possuem alma, que é a essência da vida. Existem três tipos de alma que caracterizam os seres vivos, iniciando com a mais básica a “alma vegetativa” (nascimento, nutrição), a “alma sensitiva” (sensação e movimento) e a mais superior “alma racional” (pensamento e escolha). O humano comporta todos três tipos de alma em seu ser, sendo a alma racional a que lhe difere de todos os seres (REALE, 2017). Por isso, Aristóteles reitera que os humanos devem corresponder ao seu dote, cultivando as virtudes éticas (controle dos impulsos vegetativos e sensitivos, também conhecidos como “instintos”) e as virtudes dianoéticas (discernir, a partir do pensamento sobre o mundo, os caminhos bons dos maus, o benefício do malefício).

Desta forma, a felicidade provém do bom refinamento da intrínseca “alma racional”, podendo ser entendido como a preocupação com as ideias, crenças e significações feitas sobre as coisas, refletidas na forma do caráter que determina a saúde do indivíduo entre a falta e o excesso. Chegando até aqui, pode-se constatar que a ética seja de fato o pensamento racional voltado à saúde da alma, que é o aperfeiçoamento sempre inconcluso das ideias, do comportamento e da decisão humanas, a fim de arranjar um bom domicílio do ser em si mesmo por sua ação no mundo.

Portanto, se conclui que um indivíduo ético toma sua vida como uma morada (*ethos*), cuidando de si porque é onde habitam seus desejos e suas realizações como ser existente. Se faz isto, certamente haverá satisfação, *felicidade*. Não obstante, Aristóteles via ser possível o mesmo efeito numa cidade que fosse ética, dado que ela asseguraria como valor máximo a formação e segurança de seus domínios para fazer de si uma “boa morada”. “Para avaliar Aristóteles, é preciso ter presente que o seu problema teórico é o de identificar o melhor regime político para a manifestação das excelências humanas” (HENRIQUES, 1998, p. 35).

Política Na Modernidade

A sociedade em que Aristóteles vivia era alicerçada por uma constelação em comum de valores simbólicos, que garantiam uma certa união cultural e, portanto, os fins do indivíduo sempre eram os mesmos que o da sociedade como um todo². No entanto, tal constelação simbólica foi abruptamente modificada pelo desenvolvimento do conhecimento científico e do novo estilo de vida baseado na liberdade da razão, o que caracteriza a Modernidade. Para explicar estas modificações sociais, o sociólogo Zygmunt Bauman diz que hoje há um fenômeno de extrema individualização, onde as pessoas estão desoladas de sua *polis* por justamente não se sentirem mais ligadas a ela.

O que costumava ser considerado uma tarefa para a razão humana, vista como dotação e propriedade coletiva da espécie humana, foi fragmentado (“individualizado”), atribuído às vísceras e energia individuais e deixado à administração dos indivíduos e seus recursos. [...] Esta importante alteração se reflete na realocação do discurso ético/político do quadro da “sociedade justa” para o dos “direitos humanos”, isto é, voltando o foco daquele discurso ao direito de os indivíduos permanecerem diferentes e de escolherem à vontade seus próprios modelos de felicidade e de modo de vida adequados. (BAUMAN, 2007, p. 41).

² Por “fins do indivíduo”, se entende *felicidade* no sentido aristotélico. O próprio surgimento da cidade é expressão natural desta finalidade humana: “A cidade é natural na medida em que permite aos seres humanos atingir e aperfeiçoar o que ele chama de *telos*, isso quer dizer, o seu fim, o seu propósito”. (LEYSER; ANACLETO, 2015, p. 77).

Aqui se coloca a reflexão fundamental da ética e política aristotélicas: como pode haver um indivíduo político, isto é, que se preocupa em fazer do coletivo sua morada, se particularmente deve rejeitar o outro para prevalecer a sua forma individualizada de felicidade?

Esta questão vem recair devidamente em nossa época, onde “a depressão é a principal causa de incapacidade em todo o mundo e contribui de forma importante para a carga global de doenças” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2008). Com a extrema individualização das pessoas, surge o que o psicanalista Christan Dunker alega estarmos vivendo uma “cultura da indiferença”, que esclarece as atuais epidemias de psicopatologias relacionadas à atmosfera moderna.

“Tudo aquilo que não se parece comigo; está fora da minha zona de gosto; está fora da minha forma de vida; não se integra nos meus valores, eu coloco numa zona, se eu tenho condições para isso, de indiferença’. Indiferença, então, vai se tornando não apenas um efeito de distanciamento [...], mas uma política de enfrentar conflitos, obstáculos, pelo método da esquiva. (DUNKER, 2017).

O mal-estar sentido na sociedade individualizada é cultivado porque a estrutura de gozo das pessoas está majoritariamente estruturada no seu próprio eu (narcisismo), que só inclui o outro quando este for necessário. No entanto, como argumenta Dunker, a esquiva da realidade gera um empobrecimento de experiências de aprendizado, que fortaleceriam o indivíduo se este estruturasse sua vida para além de suas fantasias de controle (DUNKER, 2017).

Uma vez que hoje há muita tecnologia para alimentar um *falso eu*³ virtual, principalmente com o uso das redes sociais, a interação com as pessoas se dá por um viés utilitarista, onde a sua ética é prontamente a de um consumidor preocupado com o próprio prazer de sentir-se seguro. Conforme Bauman parafraseia George Simmel:

“o indivíduo condenado a uma busca interminável de um ponto fixo em si mesmo, uma vez que não pode mais encontrá-lo fora de si, todas as relações com os outros sendo em última análise meras estações na estrada pela qual o eu chega a si mesmo” (BAUMAN, 1999, p. 211)

Aristóteles não concebia um cidadão eticamente formado ser capaz de não se interessar pela vida pública, devido ao intrínseco entrelaçamento da felicidade privada com a coletiva. Alguém infeliz individualmente não consegue demonstrar nenhum legítimo interesse pela felicidade pública — sempre subverterá os

³ Ver a teoria do psicanalista inglês D. Winnicott, onde o *falso eu* é produto de uma separação do *verdadeiro eu*, isto é, daquele que é brutalmente afetado pelo mundo, como um mecanismo de defesa sobre a imprevisibilidade deste *verdadeiro eu*, na esperança de substituí-lo por um *falso eu* construído, encenado (GALVÁN; AMIRALIAN, 2009).

benefícios externos para sua carente vida interna⁴. É o que também Bauman alega como fenômeno da sociedade individualizada:

[...] o espaço público está cada vez mais vazio de questões públicas. Ele deixa de desempenhar sua antiga função de lugar de encontro e diálogo sobre problemas privados e questões públicas. Na ponta da corda que sofre as pressões individualizantes, os indivíduos estão sendo, gradual mas consistentemente, despidos da armadura protetora da cidadania e expropriados de suas capacidades e interesses de cidadãos. Nessas circunstâncias, à perspectiva de que o indivíduo *de jure* venha a se tornar algum dia indivíduo *de facto* (aquele que controla os recursos indispensáveis à genuína autodeterminação) parece cada vez mais remota. (BAUMAN, 2007, p. 55).

O ensimesmamento típico da vida de hoje impede que haja uma preocupação autêntica com problemas que saem da esfera do eu. Uma possível solução, imposta por Aristóteles como fundamento da vida política, é realizar uma educação (*paideia*) que forme o indivíduo à coletividade, pois:

“nenhum cidadão deve julgar-se útil por si próprio, mas sim em função da cidade, visto que cada um é uma parte dela, e o cuidado de cada parte deve, por natureza, refletir-se na preocupação pelo todo” (ARISTÓTELES, *Política*, VIII, 1337a25).

24

A etimologia da palavra educação, conforme Benjamin Veschi (2019), está associada com “conduzir para fora” e “externalizar”. Algo assim remete que a função do educador é justamente esta “condução” do educando para além de si mesmo, daquilo que sua dimensão psíquica construiu durante os anos vividos para proteger-se do real, inserindo-o num mesmo mundo simbólico e, portanto, habilitando-o como ser político.

Quando se educa efetivamente uma pessoa diminui o desenvolvimento de afecções mentais que podem arrastar o indivíduo para uma vida repleta de dificuldades, que confundirão sua potência em estar no mundo como um ser transformável e transformador. Por isso, a educação é essencialmente a formação ética do indivíduo, conforme Aristóteles, uma vez que educar é alimentar a alma racional a desenvolver virtudes, boa saúde, *felicidade* e, então, naturalmente refletir os mesmos atributos na dimensão coletiva. A fórmula ficaria assim: sem educação, sem ética; sem ética, sem política; sem política, sem felicidade.

Análise Jornalística

⁴ Aliás, os antigos gregos denominaram como *idiótes* (idiota) aquele que é “metido com seus próprios afazeres, afastado da gestão da coisa pública” (RODRIGUES, 2012).

Para compreender a tese de Aristóteles sobre a política ser uma faculdade inerente à ética, isto é, de que não há como um indivíduo cultivar interesse pelo modo de habitar (*ethos*) de sua coletividade quando está preso às estruturas individuais que criou para sua própria vida, tomou-se como objeto a ser analisado a seguinte notícia emitida pelos jornalistas Gustavo Garcia, Luiz Felipe Barbiéri e Marcela Mattos do portal de notícias “g1” (2022): “Câmara conclui aprovação de PEC [Proposta de Emenda da Constituição] que dribla lei e permite ao governo criar pacote social pré-eleitoral”. Segundo a reportagem:

O plenário da Câmara dos Deputados concluiu na noite desta quarta-feira (13) a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que contorna a legislação a fim de permitir ao governo conceder uma série de benefícios sociais às vésperas da eleição presidencial. [...] A proposta atende principalmente ao interesse eleitoral do presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, que em todas as pesquisas de intenção de voto está atrás do opositor Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Entre outros pontos, a PEC aumenta o valor do Auxílio Brasil, amplia o Vale-Gás e cria um “voucher” para os caminhoneiros (leia em detalhes mais abaixo). De acordo com o texto, todos os benefícios acabam em dezembro, segundo mês após a eleição. Com a aprovação nesta quarta, o governo prevê começar a pagar os benefícios em 9 de agosto. (BARBIÉRI; GARCIA; MATTOS, 2022).

25

A PEC de tal propósito, como se observa na reportagem, só foi possível por conta de um uso intencional da legislação para atender a uma urgência social, mas antes esta teve que ser oficializada, justamente às vésperas da campanha eleitoral. A legislação referida diz:

No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior [...]. (BRASIL, 1997).

Seguindo a reportagem:

O texto da PEC justifica que o estado de emergência é necessário em razão da “elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais deles decorrentes”. [...] Ao estabelecer o estado de emergência, a PEC abre caminho para um pacote de benefícios que deve chegar a R\$ 41 bilhões. A PEC também é chamada de PEC Kamikaze, em razão do impacto nas contas públicas. (BARBIÉRI; MATTOS, 2022).

O que se pode observar nesta notícia é que o atual Congresso brasileiro aproveita da subjetividade legislativa, despertada por uma ambiguidade de interesses eleitorais e necessidades reais da população, para explorar o mal-estar

econômico produzido pela alta inflação do país (CARRANÇA, 2022). Nesta condição, o Estado não pratica uma política voltada para a saúde e o fortalecimento do seu povo (que seria a felicidade, nos termos aristotélicos), mas se volta a dedicar seus investimentos sobre a vulnerabilidade existencial dos indivíduos, ao custo bruto destes reagirem favoráveis às candidaturas dos políticos envolvidos com este amparo instrumentalizado. A partir desta notícia, se constata outro fenômeno típico da problemática ética-política, que é o surgimento de um Estado voltado para o indivíduo, invertendo o que Aristóteles cultuava em seus escritos.

O Estado social fez da autoconfiança e da fé na possibilidade de acesso a um futuro melhor, uma propriedade comum a todos os seus cidadãos. O Estado da proteção pessoal, pelo contrário, baseia-se no medo e na incerteza, dois arqui-inimigos da confiança e da fé, e, tal como qualquer instituição, desenvolve interesses na multiplicação das fontes que o nutrem, assim como em colonizar novas, como terras virgens que possam ser convertidas em fazendas. Indiretamente, solapa nesse processo os alicerces da democracia. (BAUMAN, 2008, p. 200).

O Estado de proteção individual surge, como se vê na reportagem analisada, com propósitos muito distantes daqueles que Aristóteles argumentava. Não se parte mais de um indivíduo eticamente estruturado na vida coletiva que lhe garantiria os caminhos para a felicidade. Na falta de uma unidade cultural de valores e signos que representam virtudes, conforme Aristóteles, o desamparo do indivíduo é prontamente alienado a um discurso que visa favorecer a classe política vigente, explorando o típico sofrimento da sociedade individualizada. Aristóteles alegava que:

“os regimes que se propõem atingir o interesse comum são retos, na perspectiva da justiça absoluta; os que apenas atendem aos interesses dos governantes são defeituosos e todos eles desviados dos regimes retos” (ARISTÓTELES, *Política*, VIII, 1279a15).

Isso pode ser demonstrado conclusivamente ao se observar as consequências daquilo que a reportagem indicava como impacto:

Na prática, os analistas dizem que a proposta — originalmente batizada de ‘Kamikaze’ pelo próprio ministro da Economia, Paulo Guedes — deixa ainda mais nebulosa a gestão das contas públicas do país, o que pode levar a um cenário já enfrentado pelo Brasil em outras ocasiões. Pode haver uma piora da percepção de risco dos investidores internacionais com a economia brasileira, levando a uma desvalorização do real, o que tem potencial para provocar mais inflação. Ou seja, uma proposta desenhada para trazer algum alívio para o bolso da população pode acabar agravando a situação financeira das famílias. A PEC ‘Kamikaze’ prevê, por exemplo, um aumento do valor do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600 e a

criação de um "voucher" de R\$ 1 mil para caminhoneiros autônomos até o fim do ano. (G1, 2022).

Considerações Finais

Ao fim da pesquisa aqui empenhada, constatou-se que o princípio de Aristóteles sobre a ética ser fundamento da política, de fato pode ser observada no comportamento político de nosso tempo. Atualmente as ciências sociais e o afã da filosofia indicam que a mentalidade dos antigos gregos podia florescer ideias sobre política como consequência natural do *ethos* do indivíduo, que sempre buscava uma vida satisfeita, *feliz*, encontrando no convívio com o outro uma necessidade para seu sucesso individual. Mas hoje, onde o indivíduo é separado da sua *polis*, a política parece converter-se numa classe igualmente separada da coletividade. Isto transforma a política em algo que muda de estrutura e finalidade, contrastando o que Aristóteles definia em suas “ciências práticas”.

O “animal político” decretado por Aristóteles no início de sua obra dedicada a investigar e construir tal concepção, hoje é colocado em xeque por uma mentalidade difusa, que acredita e é amparada por uma liberdade individual de sucesso cada vez mais independente de relações sólidas e concretas com o outro. A sistematização das sociedades pelo advento da modernidade, que introduz a excelência da racionalidade nos processos de produção, fez do *ethos* (modo de habitar) individual uma propriedade privada, garantida não por uma construção própria, mas pela comercialização de competências especializadas que surgem para atender o desamparo simbólico do indivíduo.

Pode-se concluir que a ética nos tempos de hoje é estritamente elaborada pela exploração e predatismo do outro sobre o Eu, que passa a ter um *modo de habitar* o mundo definido de forma alheia a suas reais necessidades. Portanto, entende-se aqui o efeito social de psicopatologias relacionadas a doenças causadas pela ansiedade, angústia e insatisfação com a própria vida — todos nomes que podemos muito bem reconhecer como faces da vida *infeliz*.

Os argumentos éticos de Aristóteles são especialmente testados nos dias de hoje. A vida extremamente individualizada impele as pessoas a elaborem um modo de habitar o mundo construído sob a medida de suas demandas próprias, o que acarretará, como visto, em uma *antipolítica*, isto é, em agentes políticos que agirão numa estrutura de governo para explorar as vulnerabilidades individuais de sua população, a fim de manipulá-la aos seus propósitos e deixando de lado elementos que possam propiciar condições favoráveis à vida coletiva, agora podendo ser pensada numa dimensão global.

O ensimesmamento, conforme foi argumentado, dificulta que os processos políticos hoje sejam voltados para um propósito coletivo de bem-estar. A política se subverte ao indivíduo, colapsando seu poder para ações e decisões que não

beneficiam a habitação coletiva, o que gerará mais e mais uma demanda de ensimesmamento, indiferença.

Nesta condição viciosa — e não *virtuosa* —, a saúde humana se enfraquece e deteriora a vida numa escala coletiva. Conclui-se, então, que o projeto político mais legítimo a ser assumido pela contemporaneidade é a educação como o ensino da justiça, da virtude (*areté*). Para que a vida em coletivo seja efetivamente um benefício na vida individual (e vice-versa), todos precisam se submeter à consciência de seus próprios desejos e das maneiras de realizá-los com a suprema intenção de buscar o prazer, sem que para isto sejam gerados maiores frustrações.

A educação, como está bem presente em todo pensamento aristotélico, é naturalmente o processo de preservar os meios em que o humano consegue se realizar, fazendo sua atenção despontar para além de sua particularidade como indivíduo. Com pessoas educadas, “conduzidas para fora” de suas elaborações individuais do mundo, só assim pode nascer o animal político, que habita a realidade ao expressar sua inteligência que a observa e a organiza sob a luz da sua vontade.

Referências

- ANACLETO, Gesiel; LEYSER, Kevin Daniel dos Santos. Filosofia política. Indaial: UNIASSELVI, 2015.
- ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. Filosofia: Antiguidade e Idade Média, vol. 1. São Paulo: Ed. Paulus, 2017.
- ARISTÓTELES. Política. Trad. António Campelo Amaral; Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Ed. Vega, 1998.
- BARBIÉRI, Luiz Felipe; GARCIA, Gustavo; MATTOS, Marcela. Câmara conclui aprovação de PEC que dribla lei e permite ao governo criar pacote social pré-eleitoral. g1, Brasília, 13 jul. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/07/13/camara-conclui-aprovacao-de-pec-que-dribla-lei-e-permite-ao-governo-criar-pacote-social-pre-eleitoral.ghtml>>. Acesso em: 05 set. 2022.
- BARBIÉRI, Luiz Felipe; MATTOS, Marcela. Câmara mantém criação de estado de emergência na PEC dos benefícios sociais em ano eleitoral. g1, Brasília, 13 jul. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/07/13/camara-mantem-estado-de-emergencia-pec.ghtml>>. Acesso em: 05 set. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007.
- _____. Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.
- _____. Medo Líquido. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2008.
- BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm#:~:text=Art.%201%C2%BA%20As%20elei%C3%A7%C3%B5es%20para,de%20outubro%20do%20ano%20respectivo>. Acesso em: 5 set. 2022.

CARRANÇA, Thais. Por que PIB cresce mas sensação de mal-estar econômico persiste. BBC News Brasil, São Paulo, 01 set. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62747306>>. Acesso em: 05 set. 2022.

DUNKER, Christian. Narcisismo e a cultura da indiferença. YouTube, 13 jun. 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/NSQeGipn5Zw>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

GALVÂN, Gabriela Bruno; AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. Os conceitos de verdadeiro e falso self e suas implicações na prática clínica. *Aletheia*, Canoas, n. 30, p. 50-58, dez. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 set. 2022.

G1. PEC 'Kamikaze': por que ela pode prejudicar e não ajudar o bolso do brasileiro. g1, [S. l.], 02 set. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/02/pec-kamikaze-por-que-ela-pode-prejudicar-e-nao-ajudar-o-bolso-do-brasileiro.ghtml>>. Acesso em: 06 set. 2022.

HENRIQUES, Mendo Castro. Introdução à *Política* de Aristóteles. In: ARISTÓTELES. *Política*. Lisboa: Ed. Vega, 1998.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*, Tomo II. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-Americana da Saúde. *Depressão*, [S. l.], 2008. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/depressao#:~:text=Em%20tod%20o%20mundo%2C%20estima,s%C3%A3o%20mais%20afetadas%20que%20homens>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

RODRIGUES, Sérgio. O idiota nem sempre foi estúpido. *Veja*, [S. l.], 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/o-idiota-nem-sempre-foi-estupido/>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia II: ética e cultura*. São Paulo: Loyola, 1988.

VESCHI, Benjamin. *Etimologia de Educação e Educar*. *Etimologia: origem do conceito*, [S. l.], 2019. Disponível em: <<https://etimologia.com.br/educacao/>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

Submissão: 12. 10. 2022 / Aceite: 01. 02. 2023